O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS PARA O 'FILOSOFAR'

Cláudio Roberto Brocanelli

Docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar - Filosofia da Educação – UNESP – Marília. E-mail: claudiobrocanelli@gmail.com

RESUMO

O artigo a seguir tem como principal tendência e preocupação pensar e oferecer algumas ideias sobre o Ensino de Filosofia no Brasil e as concepções historicamente construídas sobre o filosofar, este se constituindo em desafio à educação brasileira e à formação das pessoas. É pertinente a conciliação, no Ensino da Filosofia, entre a História da Filosofia e o filosofar que não se filie imediatamente aos sistemas filosóficos e suas concepções, mas que se estruture a partir de problemas reais de cada situação e espaço vivenciado na educação e na sociedade em geral como uma *macro*-estrutura que necessita de reflexões acerca de seus problemas. Nota-se que, durante os 500 anos de educação no Brasil, especialmente nesse aspecto do Ensino de Filosofia, as características com relação às preocupações e os problemas filosóficos foram se modificando; inicialmente, uma discussão mais obediente às regras, passando, tempos depois, à valorização da polêmica e, por fim, à sistematização da realidade e à reflexão dos problemas reais enfrentados como sociedade brasileira. Nesse sentido, propõe-se perceber e analisar o Ensino de Filosofia tanto na educação fundamental e média como, e principalmente, na universidade.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Filosofar. Educação Brasileira.

THE TEACHING OF PHILOSOPHY IN BRAZIL: HISTORY AND PROSPECTS FOR THE 'PHILOSOPHY'

ABSTRACT

The following article has as the main concern and tendency to think and offer some ideas on the Teaching of Philosophy in Brazil and historically conceptions constructed about the philosophy, this constituting itself a challenge to Brazilian education and the formation of people. It is pertinent to the conciliation in the Teaching of Philosophy, from the History of Philosophy, the philosophize and not to join immediately to philosophical systems and their conceptions, but that is structured from the real problems of each situation and experienced in education space and society in general as an macrostructure that requires reflection about your problems. Note that, during the 500 years of education in Brazil, especially in this aspect of Teaching Philosophy characteristics with respect to the concerns and the philosophical problems have been modified, initially, a more obedient to the rules, passing, sometime later, the valorization of polemic and, finally, the systematization of reality and reflection of the real problems faced by a society such as the Brazilian. In this sense, it is proposed to understand and analyze the Teaching of Philosophy in both, the primary and secondary education and, especially, in the university.

Keywords: Teaching Philosophy. Philosophizing. Brazilian Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma explanação histórica sobre a presença da Filosofia no meio acadêmico brasileiro e a disposição dos intelectuais ao seu estudo e ensino, bem como destaca o seu desenvolvimento a partir de alguns fatores históricos que influenciaram o pensamento filosófico; neste sentido, não se arrisca em aprofundar a História da Educação no Brasil, o que demandaria outros esforços. Apresenta primeiramente a Educação que permaneceu sob o comando dos jesuítas, tendo por primeira tarefa e preocupação a catequese dos povos que aqui já viviam e de outros que eram 'importados' ou nascidos já em terras brasileiras. Com relação à educação filosófica, vê-se que a reflexão estava organizada e controlada por regras bem definidas inscritas na *Ratio Studiorum*[1], pretendendo a obediência aos preceitos da Igreja para a Educação. A responsabilidade maior, nesse sentido, era dos professores de Filosofia, pois, com uma disciplina originalmente reflexiva, deveriam seguir à risca o que determinavam as normas para a Educação, impedidos de qualquer tipo de questionamento, estas permanecendo durante muito tempo no cenário brasileiro.

Interessante considerar também, especialmente no processo educacional no século XX, a constante indecisão que prevaleceu durante muito tempo sobre a presença ou ausência da Filosofia no ensino. Por muito tempo e de acordo com a política e pensamento de cada época e governo, eram criados projetos e leis para que justificassem o Ensino de Filosofia, ou a sua irrelevância em algum momento histórico, para a aprendizagem e a compreensão da cultura e seu desenvolvimento.

Se, por um lado, na educação fundamental e média essa indecisão era uma constante e nas faculdades de Direito os estudos não demarcavam uma reflexão produtiva e propagadora desse pensamento, por outro, por ocasião da fundação da Faculdade de Filosofia da USP se retratou um desenvolvimento filosófico consistente de pensadores brasileiros, chegando à instauração de uma cultura filosófica e à formação de novos professores de Filosofia. A reflexão que antes estava sob o domínio de pensadores estrangeiros, recebe, na universidade, nova feição, onde se pôde perceber a formação e atuação de uma geração genuinamente brasileira, filosofando por própria conta e risco, destacando-se à criação de outras Faculdades de Filosofia.

Este artigo está subdividido em quatro partes principais, as quais destacam o movimento educacional de cada período, seguindo seus interesses políticos. Primeiramente temos o 'Período Colonial: a educação filosófica jesuítica', esta marcada pela catequização. Na segunda parte, retratando as indecisões políticas sobre o ensino de filosofia nas escolas, vemos o 'Brasil Imperial: pensamentos, propostas e indecisões sobre a filosofia na educação'. Em terceiro lugar, com 'Brasil República: atendimento ao pensamento de uma elite', vemos ainda a herança do modelo educacional do império com atenção voltada à elite, esquecendo-se ou desprezando a população. Por fim, ressaltando o desenvolvimento das ideias filosóficas, 'A instauração de uma cultura filosófica no Brasil' nos mostra a formação das faculdades de filosofia e a formação de pensadores já nascidos em nossas terras, podendo pensar os problemas brasileiros sob uma ótica genuinamente brasileira e o início de sua consolidação filosófica.

[1] A *Ratio Studiorum* foi aprovada em 1.599, orientando as atividades dos professores de modo que não fugissem das ordens superiores e do catecismo da Igreja católica. Caracteriza-se como um plano de estudos (*Institutio Studiorum Societatis Iesu*), ou melhor, um Plano Oficial de Educação Jesuíta.

Período Colonial: a educação filosófica jesuítica

Durante o período Colonial, a Educação no Brasil estava confiada à Companhia de Jesus[2] (os Jesuítas), a qual, do seu modo e de acordo com as circunstâncias e condições materiais não muito favoráveis, dedicou totalmente seus esforços ao ensino e desenvolveu práticas educativas positivas, ainda que voltadas à religião e sua catequese, pois centrada numa corrente teológico-filosófica chamada Escolástica, de Santo Tomás de Aquino; esta concepção fundamenta-se numa pedagogia doutrinal dos conceitos, sem que se possa inserir novas ideias, levantar dúvidas ou tentar resolver mistérios. A orientação educacional destinava-se a oferecer aos filhos das famílias mais influentes e de posses do território brasileiro, uma educação clássica, humanista e acadêmica, alicerçada por um humanismo cristão-filosófico, e sustentado por uma política religiosa cujo "objetivo era deter o avanço protestante em duas frentes: a) através da educação das novas gerações; b) por meio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas". (PILETTI, 2003, p. 33). Depois de sua expulsão até a Independência, a Educação voltou-se "de um lado para a formação meramente científica e, de outro, ao que se supõe em proporções deveras limitadas, pela frustração do empenho modernizador capitaneado por Pombal, para as ideias políticas trazidas à baila pelas Revoluções Americana e Francesa" (PAIM, 1967, p. 23; idéias – correção nossa).

Enquanto no Brasil a dedicação dos Jesuítas estava centrada na conquista de povos e na sua catequização, em Portugal e Espanha a Companhia de Jesus se estruturava e tomava forças, organizando cursos, programas de ensino, métodos e disciplinas. Os estudos eram divididos em inferiores e universitários. As regras para esses estudos, especialmente a partir do século XVII, estavam registradas na *Ratio Studiorum*, as quais deviam ser cumpridas sem desvio algum, muito menos questionadas. Uma das regras que orientavam o Ensino de Filosofia afirmava que a função do professor de Filosofia devia proceder de modo a preparar os ouvintes para a Teologia.

> [...] que o professor de Filosofia (a não ser que uma necessidade muito grave exija coisa diferente) não só tenha concluído o curso de Teologia, mas ainda o tenha repetido por dois anos, a fim de estar mais seguro da respectiva doutrina e de melhor poder servir à Teologia. Se alguns forem amigos de novidade ou de espírito demasiado livre, devem ser afastados sem hesitação do serviço docente (PAIM, 1967, p. 28).

Nesse sentido, o Ensino de Filosofia e a própria Filosofia estavam presos às regras e ao Prefeito da Ordem[3], devendo ser obedecidos e respeitados, não permitindo nenhum acréscimo ou novidade àquilo que estava programado. Tanto a forma de ensinar como o material e livros a serem utilizados em aula, tudo era predeterminado, caracterizando uma passividade dos professores e impedindo qualquer novidade arbitrária. O sistema da *Ratio Studiorum* impunha forte rigidez aos professores (especialmente os de Filosofia) e, consequentemente, aos ouvintes (os estudantes), de modo que seria impossível a emergência de um pensamento filosófico aberto e livre para as

[2] Fundada em 1.534 por Ignácio de Loyola. A Comnhia de Jesus "viria a se constituir em importante instrumento de reforma católica do século XVI. E quinze anos após a sua fundação na Capela de Montmartre em Paris, chegava ao Brasil o primeiro grupo de padres jesuítas, marcando assim o início da educação no Brasil". (LARROYO, 1970, p. 933). Esta era marcada e moldada por severa disciplina e obediência cega à Santa Madre Igreja, sem possibilidades de levantar dúvidas ou resolver mistérios.

3 O Superior de uma Ordem Religiosa responsável pela Congregação.

novidades, mas somente a apreensão da Filosofia por ela mesma. Ou seja, ocorria o Ensino de Filosofia, subjugando as possibilidades do filosofar, pois o próprio plano educacional determinava o não questionamento.

Do mesmo modo, a tarefa primeira, especialmente durante a colonização, e persistindo por um longo tempo ainda, era a de difundir ideias filosóficas que interessavam às condições políticas e sociais naquele momento. A estruturação e elaboração de ideias a serem repassadas já chegavam prontas ao Brasil e daquela mesma forma deviam permanecer. Além disso, a Colônia, ou melhor, a época de colonização, não dispunha de condições propícias ao bom desenvolvimento intelectual e cultural; segundo Paim (1967, p. 32), no século XVII, com uma população de três milhões de habitantes, o Brasil já contava com alguns centros urbanos, os quais comportavam os colégios e certa vida intelectual. Porém, aqueles que tinham interesse em continuar os estudos para além da considerada formação que os colégios jesuítas ofereciam, ou ingressavam nos seminários para o ministério sacerdotal, ou, tendo boas condições financeiras, deviam buscar as universidades europeias, em especial a de Coimbra. E, além dessa precariedade intelectual, a falta de editoras impedia o florescimento do pensamento filosófico na época. Infelizmente, e justamente por esta 'falta grave' da Coroa, "os textos filosóficos elaborados na colônia permaneceram inéditos ou acham-se desaparecidos." (PAIM, 1967, p. 33).

Pouquíssimas obras foram encontradas depois de muito tempo, mas mesmo assim, não receberam o tratamento devido e não foram editadas. A Companhia de Jesus, ao mesmo tempo em que deu forte contribuição ao desenvolvimento intelectual no Brasil, concentrou e controlou as ideias que surgiam, impedindo sua propagação. Como afirma Vita (1964, p. 110), a Filosofia no Brasil começa a surgir no período colonial e nos seminários, mas é cercada de tratamento eclesial e teológico, originando-se de quatro características fundamentais: o objeto do filosofar, ainda que tratasse de problemas éticos e ontológicos, nem sempre era distinto dos de ordem teológica; a orientação metodológica estava submissa aos poderes da razão e inferências formais; o sentido das pesquisas nada apresentava de peculiar e próprio, obedecendo ao sistema tradicional de ideias, repetindo-as; por fim, na atitude dos filósofos predominava a tranqüila confiança às verdades ensinadas.

Diante desse cenário, o pensamento filosófico que se despontava na época e que se opunha à Doutrina Oficial da Coroa atrelada à Igreja permaneceu desconhecido ou destruído pelas autoridades por contrariar as ideias restritas permitidas para difusão ou por escreverem e pensarem coisas novas e diferentes das permitidas naquela realidade. A maior parte das obras que receberam atenção e edição era de caráter descritivo, expondo os supostos valores do Brasil para a Coroa Portuguesa. Neste sentido, predominava a impossibilidade da discussão filosófica e da emergência do pensamento brasileiro a partir de uma realidade própria. Durante os séculos XVII e XVIII, então, não foi possível ainda uma consolidação do pensamento brasileiro, pois as principais e permitidas ideias a serem difundidas vinham de fora, da Europa, havendo uma espécie de mistura de ideias portuguesas com uma realidade brasileira, podendo ser considerada época de um pensamento luso-brasileiro.

Brasil imperial: pensamentos, propostas e indecisões sobre a Filosofia na Educação

É a partir do início do século XIX – e o

período Imperial equivalente à fase entre 1822 e 1889 – que o ambiente intelectual e cultural recebe nova atenção graças à vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Segundo Paim (1967, p. 51), essa mudança proporcionou instrumentos que favoreceram o desenvolvimento cultural e, consequentemente, o florescimento intelectual, os quais são: a Imprensa Régia, a Biblioteca e as Escolas Superiores. Ainda que inicialmente elitizadas, essas instituições propiciaram nova era para o pensamento brasileiro. Além das instituições, houve grande abertura para a comunicação entre Brasil e Europa por meio dos portos, possibilitando e estabelecendo novos vínculos com outras ideias externas. Ainda assim, até meados do século XIX não havia um pensamento brasileiro genuíno, sendo que este caminhava para tanto. Sonhadores de uma Faculdade de Filosofia, como José Bonifácio, esperavam que tal feito se realizasse naquela hora. No entanto, de acordo com as condições políticas e jurídico-administrativas do país, deu-se privilégio à Faculdade de Direito.

Apesar desta situação, é também no século XIX que se destaca o professor Silvestre Pinheiro Ferreira, da Universidade de Coimbra. Paim (1967, p. 52-55) constatou que Pinheiro Ferreira teria oferecido em Coimbra a disciplina Filosofia Racional e Moral antes de sua vinda para o Brasil juntamente com a Coroa, no início do século XIX. No Brasil ele teria oferecido um Curso de Filosofia no Real Colégio de São Joaquim, um antigo Seminário. Foi a partir desse momento que Pinheiro Ferreira publicou algumas obras filosóficas em francês e outras em português. Suas aulas, as quais eram editadas pela Imprensa Régia e distribuídas aos alunos, constituem parte considerável da formação do Pensamento Filosófico Brasileiro. Sua meditação filosófica estaria centrada na valorização da pessoa humana, prevalecendo uma ética humanista de acordo com o contexto brasileiro da época. Implicações filosóficas com questões que envolvem a vida humana e sua liberdade constituíram discussões relevantes nas aulas e no pensamento do filósofo português. Além do mais, problemas sociais, políticos e éticos fizeram parte de sua experiência filosófica no Brasil e, no exercício de sua posição na corte, estendeu suas concepções filosóficas à política do país.

É também nesse período que começa a se destacar a Corrente Eclética[4], sendo considerada "o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. Suas ideias penetraram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação." (PAIM, 1967, p. 75; idéias – correção nossa). O historicismo de Victor Cousin, filósofo francês, foi marcante no desenvolvimento desse pensamento e na formação de nossa cultura, uma vez que atendia às ideias dominantes da época tanto na política como na religião. Assim, segundo Paim (1967, p. 80), na Sede do Império foram diversas as adesões a esse pensamento: Monte Alverne, Moraes e Vale, Domingos de Magalhães, Antônio Pedro de Figueiredo e Tobias Barreto, este tendo sua formação intelectual totalmente de inspiração eclética. Em um período muito curto foram publicados vários livros sob a inspiração da Filosofia de Cousin: *Os fatos do espírito humano* (1858) de Domingos de Magalhães, *Investigações*

3 A palavra "*eclético*" vem do grego e pode ser traduzida por "selecionar", "escolher", "recolher". Daí que a tendência eclética é a tendência a selecionar o que se considera "o melhor" de cada doutrina. Tal tendência esteve presente na Grécia, no Período Romano, nos escritos de autores cristãos, etc. Posteriormente teve presença no Renascimento e, em todo o século XVIII, foi chamada de Seita Eclética ou Escola Eclética. Na época moderna, a partir do século XIX, especificamente a partir de Victor Cousin, esta corrente teve como tendência principal uma atitude conciliadora pautada na História da Filosofia (Cf. MORA, 2001).

de Psicologia (1854) de Eduardo Ferreira França, *Compêndio de Filosofia* (1851) de Moraes e Vale, e *Compêndio de Filosofia* (1859) de Monte Alverne. Posteriormente, no Brasil, o ecletismo teria sua ascendência por meio do ambiente político e pela influência de Silvestre Pinheiro Ferreira, almejando conciliar o aristotelismo com o pensamento moderno.

Apesar de uma ascendência rápida e marcante, em um curto espaço de tempo, entre as décadas de 30 e 70 do século XIX, ocorreram o apogeu e o declínio do ecletismo no Brasil. Apesar de ser caracterizado como uma época marcada por uma Filosofia ligada a interesses religiosos e políticos, o ecletismo possibilitou o surgimento de um humanismo brasileiro, destacando, ainda que com certa fragilidade, a subjetividade do pensamento e da vivência moral. Apesar deste pequeno avanço, é preciso considerar que tal postura reflete na educação um comportamento frente ao pensamento, ou melhor, aos pensamentos, de modo que o educador absorve várias concepções destacadas em cada corrente filosófica ou pedagógica, utilizando-se daquilo que 'acha' ser conveniente à sua escola, ao seu espaço, à sua criança. Esquece, no entanto, de debruçar-se sobre a investigação filosófica, inquirindo sobre os conceitos, as palavras e as concepções absorvidas, o que possibilitaria a atualização dos conceitos. Segundo Monroe, 1968, "O pensamento educacional do presente procura resumir os movimentos dos últimos tempos e reorganizar e relacionar os princípios essenciais de cada movimento num todo harmonioso. A atividade educativa de nossos dias busca a mesma harmonia reduzindo estes princípios ao procedimento prático escolar." (p. 364). Busca-se, no conjunto de pensamentos, as respostas para as várias questões de nossa educação, aplicando-as, quando legitimadas, em todas as instâncias na forma de remédio.

Depois desse momento consideravelmente breve do ecletismo, parece haver uma explosão de ideias que emergem e se difundem no Brasil: "Nos anos 70, revelara-se de pronto a instabilidade de todas as coisas e tudo se põe em discussão" (PAIM, 1967, p. 125)[5]. Esta foi uma época caracterizada por um "surto de ideias novas" em todos os campos e sentidos, iniciando, principalmente, na vida política e social, refletindo concepções no pensamento filosófico brasileiro, destacando-se e adotando em todos os meios acadêmicos e intelectuais o denominado espírito crítico. A partir desse momento, vários locais importantes do Brasil como Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul podem contar com representantes intelectuais que combatem o ecletismo e buscam uma renovação do ensino e do pensamento brasileiro, surgindo e tomando força o positivismo, inicialmente manifestando-se como uma reforma da sociedade e como religião, dividindo-se, então, em Positivismo Cientificista e Positivismo Religioso. Nas palavras de Vita (1964, p. 122), "enquanto para alguns era uma doutrina do saber, para outros era uma norma para a sociedade e uma regra de vida para o homem".

Destacam-se fortemente a formação da Escola do Recife e o Positivismo em meio à nova organização das ideias no Brasil, sendo ambas consideradas correntes filosóficas. A Escola do Recife forma uma corrente marcada por quatro fases distintas: segundo Paim (1967, p. 130), seu primeiro momento se manifesta ainda no surto de ideias novas, dando sequência, num segundo momento, à busca de uma posição própria no seio do espírito crítico; um terceiro momento é marcado

4 São os anos 70 do século XIX.

pelo apogeu, chegando ao alvorecer do século XX e, finalmente, o seu declínio e desaparecimento. Esta corrente teve como principais representantes Tobias Barreto, Silvio Romero e Clóvis Beviláqua, todos fazendo parte de uma tendência filosófica chamada Evolucionismo. Na mesma época, principalmente a partir do declínio da Escola do Recife, destaca-se a Escola Católica, liderada por Raimundo de Farias Brito, dando atenção especial ao naturalismo e o problema de Deus, com uma reação espiritualista, na busca de atacar aquela Religião da Humanidade. Sua Filosofia estava formada por quatro períodos e suas obras: 1 - *crítico*, representado pela "Filosofia como atividade permanente do espírito" (1895); 2 - *histórico*, pela "Filosofia moderna" (1899) e "Evolução e relatividade" (1905); 3 - *dogmático,* pela "Base física do espírito" (1912) e "Mundo interior" (1914); 4 - e *pragmático*, pela "A verdade como regra das ações" (1905). Para Farias Brito "só o espírito é realmente real e existe em si mesmo; tudo o mais é manifestação ou fenômeno dele." (VITA, 1964, p. 128). Suas ideias, expressas fortemente nestas obras citadas acima, encerram um segundo ciclo da Filosofia no Brasil.

> Com Farias Brito se encerra um segundo ciclo do pensamento filosófico no Brasil, ensejado pelas Academias de Direito, pelas Escolas Politécnicas e pelas Faculdades de Medicina, assim como o primeiro ciclo nascera no recesso dos Seminários de Teologia (VITA, 1964, p. 129).

Surge, a partir desse momento, um ciclo de mudanças no pensamento brasileiro, uma vez que os centros intelectuais e de cultura vão sendo substituídos por outros gradativamente; o que anteriormente estava centrado nos Seminários de Teologia, passa a ser ensinado nas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife. "O sacerdote cedeu lugar ao bacharel em ciências jurídicas e sociais, operando-se, desse modo, uma profunda alteração no estilo de nosso filosofar." (VITA, 1964, p. 129). O objeto e conteúdo passam a ser a problemática política e social em lugar das questões ontológicas; a metodologia centrou-se no ecletismo; as pesquisas, apesar de reproduções dos nossos juristas-filósofos, mostravam algumas peculiaridades a partir de questões imprevistas; por fim, e talvez mais interessante por permitir um pensamento novo e original, ainda que restrito dentro de uma realidade incerta, a atitude dos filósofos abandona o espírito de catequese e centra-se na polêmica. Percebe-se, desse modo, o desenvolvimento do pensamento filosófico brasileiro, desligando-se gradativamente das raízes políticas e religiosas de séculos anteriores e das regras da *Ratio Studiorum*. No entanto, ainda que se possa vislumbrar um 'crescimento' no pensamento brasileiro, libertando-se das regras do plano jesuíta, os intelectuais prendem-se às regras da política e dos interesses da elite.

Brasil República: atendimento ao pensamento de uma elite

O Positivismo, por sua vez, teve grande aceitação na esfera política da época, tendo em vista a implantação do pensamento de Augusto Comte e uma Política Positivista. O período que compreende a Proclamação da República até o fim da chamada república Velha em 1930[6], este pensamento teve importância primordial – formar "uma federação democrática que favorecesse a

[6] Este é um período marcado justamente por colocar em questão o modelo educacional herdado do Império. Como afirma Piletti, 2003, este modelo privilegiou a educação da elite, com acesso ao secundário e superior, em detrimento da educação popular com acesso, ainda em pouca medida, ao ensino primário e profissional. Por volta de 1920 entra em crise este modelo e, a partir de 1930, com a Revolução e várias outras manifestações, a educação brasileira passa por transformações importantes.

convivência social de todos os brasileiros, promovesse o progresso econômico e a independência cultural." (PILETTI, 2003, p. 54). Houve a formação de uma Sociedade Positivista e a construção de uma Igreja Positivista do Brasil, situada no Rio de Janeiro, resultando na disseminação de uma mentalidade positivista. Nessa época surgem investidas contra a Filosofia e seu ensino, afirmando-se que o pensamento filosófico e seu ensino não passam de retomada de um passado que não promove solução de problemas, o que estaria reservado à ciência. O que valia no momento era a força científica que não admite outra realidade senão a dos fatos. "Proclama-se como saber positivo (afirmado, fecundo, verdadeiro) justamente porque só se ocuparia das relações entre fatos." (PAIM, 1967, p. 193). Esta concepção do Positivismo introduzida no Brasil tornou-se um entrave para o pensamento filosófico de base literária, pois, segundo Azevedo (1963, p. 623), tal Filosofia penetrou no Brasil não como um 'método de investigação', mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar científica ou mesmo empírica, e, sobretudo, como uma Filosofia Social, Política e Religiosa.

Assim, a partir da Reforma do Ensino de 1891 (Reforma Benjamin Constant), o Curso de Filosofia da época ficou reduzido ao ensino da Lógica. Posteriormente, em 1911 com a Reforma Revidávea Corrêa, na Lei Orgânica do Ensino, ficou expressa a supressão do Ensino de Filosofia, no Curso de Direito, no Rio Grande do Sul, e até mesmo a Lógica deixou de ser ensinada. Na Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, introduziu-se novamente a Filosofia do Direito, mas determinou à Lógica, Psicologia e História da Filosofia o caráter facultativo. Somente em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, é que são instituídas uma Cadeira de Filosofia no quinto ano ginasial e outra de História da Filosofia no sexto ano, tornando-a disciplina obrigatória. A Reforma Francisco Campos, de 1931, criou as condições para a institucionalização da Filosofia e auxiliou na organização das Faculdades de Filosofia nos anos seguintes. Em 1942 a Reforma Capanema organizou o Ensino Secundário em Ginasial (4 anos) e Colegial (3 anos), mantendo o Ensino de Filosofia, deixando em segundo plano a História da Filosofia. Como nos afirma Silveira (1991, p. 114): "Daí em diante, a Filosofia passaria a sofrer um processo de extinção gradativa que se manifestou na forma de redução de programas e de carga horária, até culminar com sua efetiva eliminação dos currículos". Durante esse tempo, até o Golpe de 1964, a Filosofia permaneceu como optativa ou complementar, o que permitia mera especulação metafísica por parte dos professores, não se aprofundando em assuntos e problemas ligados à realidade econômica, política, social e cultural do país e de seu povo naquele momento. Essa condição do Ensino de Filosofia levou-a à sua exclusão efetivamente após o ano de 1964. A justificativa se fundamentava na ideia de que a Filosofia não auxiliava em nada aos estudantes em uma era tecnológica e industrial pela qual o mundo passava, sendo seu ensino desnecessário dentro de parâmetros profissionalizantes, especialmente numa época marcada pela educação tecnicista e prioritariamente com uma formação voltada ao mercado de trabalho.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71 estava totalmente excluída a Filosofia dos currículos escolares, uma vez que o ensino "passou a ser orientado por uma concepção tecnicista de Educação que supervalorizava a formação técnica e profissional, em detrimento da formação humanística." (SILVEIRA, 1991, p. 122). Nesse contexto o

sistema educacional foi subordinado às exigências do modelo econômico adotado a partir de 1964, tornando a Filosofia uma disciplina que pouco poderia contribuir, sendo, portanto, dispensável.

Torna-se claro que, especialmente tratando-se desse momento histórico do Ensino de Filosofia no Brasil, a Filosofia não atendia ao sistema vigente pelo motivo de se privilegiar, política e socialmente, a profissionalização dos estudantes em uma realidade industrial crescente. Porém, o que nunca foi ensinado nem explicitado é que existiam razões político-ideológicas que defendiam a manutenção de tal sistema, não permitindo e não possibilitando que os estudantes pensassem sobre as ideologias vigentes e o sistema político ditador em voga; tal discussão e explicação seriam importantes, pois isto é a função, a metodologia e a forma que a Filosofia proporciona diante da realidade, ou seja, a crítica, a investigação, a dúvida e o pensar constante sobre todas as coisas (e conceitos) que acontecem na e durante a vida e sobre o que rege a estrutura social e política e sua manutenção.

Por sua vez, ainda que com grandes dificuldades, a Escola do Recife deu vazão e possibilitou o desenvolvimento do pensamento filosófico brasileiro, especialmente com Tobias Barreto. Em seguida, a Escola Católica – a partir de Jackson de Figueiredo – com pensadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo dentre outros, promoveu a criação de várias Faculdades de Filosofia, constituindo um foco de pensamento contra a mentalidade positivista (Cf. PAIM, 1967, p. 196). Ainda assim, a corrente positivista permaneceu um obstáculo para o desenvolvimento da meditação filosófica empreendida pela Escola do Recife, proporcionando uma distância entre Filosofia e Ciência.

Posteriormente, já com certa consistência do pensamento brasileiro e com maior abertura e postura filosófica frente aos próprios problemas, surgiram correntes atualizadas da Filosofia no Brasil e discussões mais profundas nas Faculdades de Filosofia e em outros cursos em que a disciplina de Filosofia se fazia presente. Vita (1964) cita alguns nomes que fizeram parte desse desenvolvimento histórico-filosófico que, comprometidos com um pensamento em busca de maior originalidade, escreveram novas linhas na História da Filosofia Brasileira. A partir desse momento, a Filosofia deixa de ser disciplina preparatória, passando a ser um estudo metódico e profundo, proporcionando um meio intelectual favorável.

> Com o advento das Faculdades de Filosofia, ocorrido em São Paulo em 1934, e com a fundação do Instituto Brasileiro de Filosofia, também em São Paulo, em 1949 e o aparecimento de sua publicação oficial, Revista Brasileira de Filosofia, em 1951, surgiram afinal as instituições reclamadas por Leonel Franca, resultando o que ele previra: a maioridade filosófica brasileira (VITA, 1964, p. 130).

Miguel Reale fez parte desse desenvolvimento presidindo o Instituto Brasileiro de Filosofia. Este Instituto promoveu e patrocinou três importantes Congressos Nacionais de Filosofia (1950, em São Paulo; 1953, em Curitiba; 1959, em São Paulo), constituindo “o mais importante documentário de Filosofia até hoje publicado no Brasil.” (VITA, 1964, p. 131). Tais Congressos demonstraram maturidade da reflexão filosófica do Brasil e capacidade de definir-se diante das grandes correntes e medir-se com os grandes vultos do pensamento contemporâneo. A maioridade filosófica, para Miguel Reale, teve sua

primeira base nas Faculdades de Filosofia, espalhadas por vários Estados do Brasil, abrangendo diversas realidades e distintos focos irradiantes de pensamento. O objeto alarga-se e surgem novas indagações sob orientações pragmáticas, especialmente voltadas ao cunho sociológico e histórico; a metodologia se orienta pela multiplicidade, agora com um pensamento enriquecido com melhor preparo científico e viva compreensão histórica dos sistemas; as pesquisas se voltam aos problemas reais e atuais; a atitude do filósofo ganha a luz de uma situação mais aberta e compreensiva, valorizando o diálogo em lugar da polêmica. Segundo Vita (1964, p. 132), Miguel Reale postulou-se em uma Filosofia do Concreto, integrando o homem e as coisas numa unidade orgânica. Para ele, sujeito e objeto se correlacionam e se implicam, exigindo-se reciprocamente.

Em sua obra 'Experiência e cultura', tratou de elaborar um pensamento filosófico considerando uma 'Filosofia da realidade', como já afirmara Dilthey, levando em conta todas as formas de experiência. Para o autor, somente é possível "uma Teoria do Conhecimento que abranja todos os aspectos da realidade, e, ao mesmo tempo, lhes assegure relativa unidade." (REALE, 1977, p. 17). A esta 'atividade' do ser no mundo em constante conhecimento ele chama de *ontognosiologia*, esta fundada em suas experiências, pessoais e coletivas.

Outro pensador brasileiro citado por Vita (1964) é Renato Cirell Czerna; de formação idealista, fundamentada especialmente em Kant e Hegel, escreveu "Natureza e espírito" (1949) e "Filosofia como conceito e história" (1950). Posteriormente dedicou-se ao pensamento neo-hegeliano, com influência direta do historicismo italiano. Mais tarde percebeu que o idealismo estava em crise, mas, mesmo assim, afirmou sua validade para a compreensão do tempo histórico, este não como cronológico, mas transcendental, ou seja, de acordo com aquilo que ultrapassa o momento.

Marcando o existencialismo brasileiro, é destacado o professor Vicente Ferreira da Silva; para este pensador brasileiro, segundo Vita (1964, p. 139), é preciso haver uma atitude existencial, ou seja, "a exigência de que o filósofo deve pensar existencialmente, isto é, incluindo-se a si mesmo em seu pensamento, ao invés de fazer do pensamento algo externo ao ser humano", não pensando objetivamente as coisas e os problemas, mas a partir da subjetividade e de seu envolvimento com a realidade presente. O ponto de partida de sua Filosofia está vinculado à doutrina da Dialética Transcendental Kantiana, que coloca o mundo como desenho de uma experiência infinita, ressaltando uma filosofia do sujeito em lugar de uma filosofia do objeto. A filosofia do sujeito tem por objeto de reflexão a ação humana em sua dialética interna e em seus desenvolvimentos. Teve duas influências importantes na sua trajetória, as quais foram decisivas para suas convicções filosóficas: Schelling e Heidegger.

Caio Prado Junior também faz parte do quadro dos pensadores brasileiros que, de uma forma ou de outra, seguindo uma corrente filosófica ou outra, contribuíram para o estudo filosófico e o Ensino de Filosofia. Filósofo seguidor do marxismo, Caio Prado Junior considera este um método dialético que auxilia na elaboração do conhecimento e sistematização da experiência a fim de conduzir a ação e orientar o comportamento humano. Desse modo "o conhecimento resulta da ação e retorna à ação" (VITA, 1964, p. 141), daí procedendo a uma experiência que se faz conhecimento e renovando-se permanentemente

por meio de relacionamentos constantes.

Seguindo uma corrente que pensou a Filosofia no Brasil como um conjunto de ideias filosóficas, Vita destaca João Cruz Costa. Este pensador da História da Filosofia Brasileira utiliza-se de uma confluência do historicismo e pragmatismo entendendo-a como "uma história das ideias, isto é, evento cultural que se refere tanto à aceitação ou criação de ideias como a seu uso e operação no processo histórico brasileiro." (VITA, 1964, p. 145; idéias – correção nossa). Assim, negando a existência de uma Filosofia Brasileira, afirma uma interpretação das grandes correntes do pensamento europeu, fundando bases na experiência histórica brasileira. Para ele, esse conjunto de ideias brasileiras em nada contribuiu para o Patrimônio da Filosofia, mas valendo-se sempre do pensamento europeu adaptado às vicissitudes de nossa realidade, transmitiu o sentido das doutrinas alheias. Desse modo, a História da Filosofia Brasileira é uma continuidade da História da Filosofia Portuguesa e de seus autores e outras ideias, considerando que a "Filosofia no Brasil viveu sempre, é certo, sujeita às chegadas dos paquetes da linha da Europa." (COSTA, 1945, p. 20). Para o autor, a Filosofia deve surgir e centrar-se na realidade concreta e viva, convidando-nos à reflexão sobre as aventuras do nosso devir histórico, revelando um pensamento que parte da atividade de um povo. Por fim, para Costa, "a reflexão filosófica, no Brasil, não termina na contemplação do mundo. Vai além. Ela exige a sua transformação." (VITA, 1964, p. 146).

Na defesa do conceito de Filosofia Científica, Euryalo Cannabrava argumentava contra a mera especulação filosófica, o exercício verbal e a divagação inconsistente. Para ele a metafísica (tipo de conhecimento incompleto) deve ser substituída pela ciência (mais completo), submetendo-se a experimentos para a verificação das afirmações, pois, segundo suas ideias, a ciência detém a técnica de observação empírica, enquanto que a Filosofia não ultrapassa os limites do mundo discursivo para a comprovação prática de seus enunciados teóricos. Assim, "tem submetido o seu 'sistema de crenças' a revisões periódicas, rejeitando certas ideias por não oferecerem resistência ao reexame de seus fundamentos." (VITA, 1964, p. 150; idéias – correção nossa).

Destacando a presença e persistência da escolástica e da neo-escolástica como tipo de pensamento na Filosofia praticada no Brasil, Vita considera grande número de padres e bispos da Igreja Católica e outros estudiosos como seguidores e transmissores desse pensamento, elevando sobre todos eles a figura do padre Leonel Franca, da Companhia de Jesus. Para este pensador, seguidor das correntes mais progressivas do tomismo europeu, era preciso uma atitude menos polêmica e mais compreensiva, considerando que o pensamento não progride e nem se enriquece senão no contraste das discussões, seguindo de algum modo o método cartesiano para análise dos sistemas, distinguindo os verdadeiros dos errôneos e reconhecendo, entre as filosofias, "A Filosofia" (Cf. VITA, 1964, p. 153). Para isso, orientava-se por critérios teóricos e racionais, por outros práticos e por outros ainda de ordem histórica. Porém, é como filósofo culturalista cristão que se destaca o padre Leonel Franca, impondo-se na História da Filosofia Brasileira e defendendo a necessidade urgente em superar a decadência pela qual passava a humanidade: era preciso restituir as forças interiores à nossa civilização a fim de assegurar a força social e sua vitalidade.

Assim, a Filosofia no Brasil se caracterizou

por um conjunto de ideias filosóficas; são ideias que surgiram de correntes primeiramente 'importadas' diretamente, depois impregnadas em alguns momentos em nossa realidade, e que, apesar de variadas tentativas de propagação e discussão das mesmas, tornaram-se passageiras sem marcas profundas em nossa história, não ocorrendo, num primeiro momento, uma constante, mas que foram se conjugando e configurando um pensamento melhor estruturado durante os últimos dois séculos. Mesmo assim, merecem destaque os ensinamentos oferecidos nos seminários, nos ginásios, nas primeiras faculdades e, principalmente, nas Faculdades de Filosofia, pois foi nestas condições que se pôde perceber a constituição de uma discussão filosófica criativa de acordo com realidades distintas dentro do território brasileiro. Se o diagnóstico do passado brasileiro indica uma inautenticidade no filosofar, cabe aos filósofos do presente prescrever uma "terapia" que repare essa falta, superando a inibição filosófica que persistiu até os inícios do século passado. Como afirma Vita (1964, p. 157), escrevendo seu livro na década de 1960: "O Brasil parece que começa a superar os fatores de inibição próprios dos países subdesenvolvidos, periféricos à história". Identificada a precariedade intelectual e criteriológica para uma possível baliza filosófica brasileira, é preciso um tipo de *aproche* para o entendimento dessa realidade, o qual ele mesmo nos indica:

> E este tipo só pode ser, ao que tudo indica, o da filiação ou opção ideológico-política: direita e esquerda ou espírito conservador e espírito revolucionário, ou ainda, anseio de conciliação e anseio de reforma. Este critério parece bastante pertinente para a compreensão da filosofia não só brasileira como de qualquer país de longo passado colonial e de absoluta dependência dos centros consumidores de seus produtos primários, numa rígida relação de centro e periferia, decorrente de seu estágio de subdesenvolvimento ao mesmo tempo material e espiritual (VITA, 1967, p. 21).

É a partir dessa percepção e diagnóstico que se pode favorecer uma nova mentalidade e a busca de fortalecer o pensamento, o convívio intelectual, a força espiritual e as condições materiais da nação. Vita considera, como vimos acima, o desenvolvimento de uma consciência filosófica brasileira a partir dos últimos dois séculos, especialmente no século XX, o que permite o desenvolvimento intelectual à luz de nossa realidade. É também a partir da criação das Faculdades de Filosofia que se percebe a busca em promover maior discussão e investigação de ideias filosóficas no Brasil, especialmente, como afirma Azevedo (1963, p. 679), o nascimento "da convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental ou, em outras palavras, 'para viver da verdade e de sua investigação'", o que entendemos ser um interesse e disposição pela Filosofia e seu método próprio de investigação, bem como o filosofar a partir de uma realidade própria e o tempo presente.

Desse modo, os homens de responsabilidade cultural têm também, em grande medida, uma responsabilidade ou função social, a qual cabe igualmente ao filósofo, perguntando sobre a realidade ou o momento histórico que está vivendo, bem como interferindo politicamente por meio da educação escolar, passando de um ensino histórico da filosofia para o 'filosofar'.

A instauração de uma cultura filosófica no Brasil

É o ambiente acadêmico das universidades que no século XX e hoje, no caso brasileiro especialmente, oferece uma cultura filosófica, ainda que, muitas vezes, de caráter especialista. Por isso, Paulo Eduardo Arantes, com uma visão crítica sobre a história das nossas ideias filosóficas, vem afirmar que "no Brasil, a falta de assunto em Filosofia é quase uma fatalidade. Razão a mais para transformá-la em problema." (ARANTES, et al., 1995, p. 23), o que exige e merece atenção e discussão por parte de nossos filósofos. E isso se deve ao já desajustado desenvolvimento, crescimento e formação do país, sobre um conjunto de singularidades espalhadas durante sua expansão em meio à desigualdade imposta pelo poder e sistema capitalistas. Assim, a herança marcante está presa aos surtos inconclusivos que serviram como regra para o pensamento filosófico até meados do século XX. Prevaleceu o desperdício de muitos estudos notáveis sobre a cultura brasileira e o pensamento, decapitados e esquecidos em algumas teses interrompidas, sem continuidade. Falta-lhe a

> constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias, que recolha as forças em presença e em relação ao qual seja possível avançar um passo. Na ausência desta terra firme, compreende-se que nossas cogitações filosóficas girem em falso e os assuntos se evaporem antes mesmo de serem encontrados. (ARANTES, 1995, p. 28).

Essa continuidade não deve ser assumida como a busca de um pensamento linear e perfeitamente elaborado e, posteriormente, transmitido; mas, a preocupação com o problema da Filosofia e seu ensino no Brasil centra-se na reivindicação de um pensamento sobre os problemas reais brasileiros, ou seja, uma busca em indagar e entender os problemas que se apresentem (os que se apresentaram em séculos passados já foram esquecidos) no momento atual de vida, o presente de uma história com seus limites e questões reais. Isso não quer dizer, ainda, que não exista e não tenha já existido uma investida filosófica sobre os problemas reais brasileiros; mas que, em grande medida e por muito tempo, a 'prisão letárgica' imputada aos filósofos funcionou nas mãos da Igreja e do Estado, como já afirmamos anteriormente, vindo a enxergar algumas luzes pelas janelas (dessa prisão ainda) somente no século passado, tendo, então, a oportunidade de formulação de um pensamento crítico próprio e a partir de nossa realidade. Tal cenário determinou e corroborou, desse modo, em uma construção lenta de um pensamento filosófico com raízes firmadas em nossas terras.

Considera-se, apesar disso, inspirando-se na crítica feita por Arantes e refazendo o percurso histórico da Filosofia no Brasil e seu ensino, que não se pretende afirmar a não existência de filósofos e da Filosofia em nosso meio, mas que a dedicação dos "formadores" de nossa cultura ou se rendeu à catequização (inicialmente) ou, mais tarde, à demarcação de terras e construção de cidades (e sua política), antes de pensar os problemas sociais, religiosos, ideológicos e políticos (desumanos em muitas situações) que iam se criando durante todo o desenvolvimento brasileiro. Também não se pretende afirmar que filósofo é somente aquele que tem seu nome inscrito na academia ou que é reconhecido nacional e internacionalmente (Cf. ARANTES, 1995, p. 38). Além disso, a questão é mais problemática,

considerando-se que a Filosofia e o filósofo estavam sob a direção de uma regra, impedindo novos pensamentos que não aqueles já determinados pela religião e política vigentes, legitimando, ainda mais, as concepções filosóficas vindas de fora, bem como desconsiderando os que realmente pisavam e experienciavam nossas terras. Assim, a Filosofia consumiu muito tempo aspirando um "lugar" na Educação Brasileira.

Transparece no panorama filosófico nacional, apesar de alguma representação nas "escolas", um conjunto de manifestações avulsas. "Em suma, no que concerne à Filosofia no Brasil, o seu registro de nascimento ainda não foi lavrado." (ARANTES, 1995, p. 57). Talvez, no Brasil, não haja tanto o problema de divulgação de pensamentos filosóficos, mas a falta de uma arqueologia dessas produções, redescobrindo reflexões que tenham importância para a vida do homem que aqui se formou, valorizando suas descontinuidades e reflexões. Até mesmo porque, muitas reflexões anteriores à vinda da coroa e durante o seu poder, com a Imprensa Régia, as aulas de Filosofia, publicadas, não receberam a atenção merecida e perderam-se no tempo.

Voltando à questão que mais interessa a este estudo e à formação do pensamento filosófico no Brasil, vê-se que é com a formação do Curso de Filosofia da Universidade de São Paulo que surgem os representantes desse pensamento. A partir dos cursos de Filosofia são formados os primeiros professores de Filosofia, pesquisadores e filósofos brasileiros, gerando um movimento orgânico de vida filosófica no Brasil. Arantes oferece uma reconstituição histórica da implantação do Curso de Filosofia na USP e o lugar ocupado pela Filosofia na formação e funcionamento do sistema cultural brasileiro, dividindo-a em dois momentos: o primeiro momento orientado por um conjunto de métodos e técnicas francesas, e outro, a partir dos anos de 1960, com uma geração brasileira que se debruçou por própria conta e risco sobre o filosofar.

No primeiro momento, Arantes destaca a presença de professores franceses como Jean Maugué (encarregado dos cursos de Filosofia de 1935 a 1944), Gilles-Gaston Granger e Gérard Lebrun. Com a presença e direção deste "Departamento Francês", o ensino e o estudo da Filosofia concentraram-se no método estrutural da História da Filosofia, lendo os clássicos primeiramente, para se aprender a filosofar; desse modo, iam passando de mão em mão os esquemas conceituais, os argumentos e as maneiras de dizer, as frases já ditas, os textos explicados e convertidos em dissertações e artigos (Cf. ARANTES, 1994, p. 17-18). Uma quase obrigação a pensar por fantasia alheia imposta, pois, seguindo as orientações baseadas na ideia de Kant de que "não se ensina Filosofia, mas se ensina somente a filosofar", a reflexão filosófica estava, ainda, entre essas duas proposições. De qualquer modo, "a fé de ofício devidamente instruída pelos franceses incluía a certeza animadora de que a leitura dos clássicos também fortalecia, com o espírito de razão e a honestidade artesanal, o inconformismo político." (ARANTES, 1994, p. 24). Já paira o indicativo de que o envolvimento com a Filosofia exige o conhecimento e a sua relação com o momento histórico, não bastando somente pesquisa, mas também o alcance das conclusões. "Éramos sem dúvida mais afiados em tudo que envolvesse ideias de fino trato, porém desastradamente míopes para as questões que não constavam de nossa bibliografia, aliás sempre completa e atualizada." (ARANTES, 1994, p. 25; idéias – correção nossa).

A partir dos anos de 1960 condensa-se uma "nova turma" de filósofos, formados pela

pesquisa filosófica dos textos clássicos, prontos a filosofar por conta própria: Bento Prado Junior, Oswaldo Porchat, José Arthur Giannotti, Ruy Fausto, dentre outros. Arantes afirma e destaca que o envolvimento de Bento Prado com a Filosofia era tão intenso que formavam uma só e mesma coisa. É com esse "primeiro movimento orgânico de vida filosófica no Brasil", para usar as palavras de Arantes, que escritos das aulas e artigos são publicados e internacionalizados com uma estrutura de pensamento e problemas dessa geração. Uma geração que permitiu o borbulhar do pensamento a céu aberto e uma polêmica filosófica longe dos textos, um desapego da doutrina para pensar por conta própria (Cf. ARANTES, 1994, p.39). Com Giannotti, em seu concurso de livre docência, apresentando *Origens da Dialética do Trabalho*, fazendo parte do ciclo ensaístico de interpretação do Brasil em meados dos anos 60, foi possível vislumbrar a aproximação da Filosofia aos processos sociais reais e seus problemas. Assim, pensar e escrever a partir de nossa realidade tornou-se visível com maior intensidade a partir dessa época, e os meados do século XX tornaram-se o momento de "aprendizagem" filosófica de uma geração uspiana produzindo uma forte impressão de Filosofia em ato. Uma atividade filosófica potencial que resultava progressivamente em atitude filosófica e algumas revoluções e passeatas da juventude dos anos 60 e 70 (o ano de 1968 é destaque nos escritos de Arantes), instigando os novos "trabalhadores intelectuais".

A reflexão de Arantes apresenta os momentos filosóficos no Brasil que se desenvolveram a partir de duas formas bem distintas, ainda que tenham a mesma fonte na História da Filosofia. O momento orientado por uma didática francesa propunha a reflexão filosófica a partir somente do estudo dos textos "consagrados" na história, podendo considerar uma reflexão filosófica aquela que seguisse o mesmo argumento, lógica e molde do filósofo estudado, despertando nos estudantes brasileiros o tato filosófico. Reforçava a importância de um método para o seu estudo, pois o filósofo só poderia inventar teses praticando um método, uma sistematização filosófica e um raciocínio lógico bem elaborado (Cf. ARANTES, 1994, p. 114). Houve, no Brasil, o outro momento que foi original justamente pelo desafio introjetado pelos filósofos (estudantes e professores) da USP, arriscando-se ao pensamento filosófico como fruto híbrido de reflexões filosóficas dos textos e problemas encontrados no cotidiano (seus estudos, vivências e experiências), resultando em novas reflexões, artigos e obras filosóficas.

Por meio desta problematização, o presente artigo buscou apresentar a questão do Ensino da Filosofia no Brasil e sua História, pois, nesse ambiente, aparece um problema: como seria possível ensinar algo que ainda não fazia parte da história cultural ou não estava enraizado na cultura, na memória e no modo de ser cotidiano? Se isso (a Filosofia) é, continuamente, um objeto estranho (ou estrangeiro), então ela não afeta ou não propõe pensar com seus problemas, apesar de certa tendência ao filosofar inerente ao ensino. Sem embargo, faltaria uma maior sistematização considerando a não dedicação integral a ela. Ao mesmo tempo, a educação sofreu e ainda sofre colapsos quando a sociedade toma dos indivíduos o que é filosófico, substituindo-o pela técnica, pelo consumo, pela rotina barulhenta e turbulenta, ocupando o corpo e a mente com os seus produtos descartáveis em um prazo muito curto. A educação filosófica ou o ensino da filosofia, nesse sentido, seriam um recurso a mais, uma feramente intelectual para se pensar, em nossos dias, a

realidade e os problemas que enfrentamos socialmente, individualmente e humanamente.

Vale relembrar, ainda, que no período colonial não existiam boas condições básicas para os estudos e, ao mesmo tempo, para fazer Filosofia, uma vez que a dedicação maior concentrava-se na comunicação com os povos daqui, trocando os signos linguísticos e ensinando a religião. Posteriormente, de um lado a preocupação com as conquistas de povos e terras tomava o tempo de todos os que aqui chegavam orientados mais à exploração que ao povoamento e, de outro, os que queriam estudar e aprofundar seus conhecimentos e suas pesquisas, como já exposto, iam para o exterior, desligando-se de nossa terra, realidade social e política do Brasil. Assim, como seria possível considerar e pensar uma Filosofia Brasileira vivendo distante do seu próprio Território?

Isso claramente não é possível para o pensamento, especialmente no tocante à reflexão filosófica que pretende pensar os problemas do homem e de suas relações no mundo e no momento presente; isso somente pode acontecer a partir de uma experiência presente e percebida da realidade em que se está vivendo. Portanto, foi com a criação de Faculdades de Filosofia que tal experiência e pensamento filosófico aconteceram, redirecionando a mera técnica filosófica e almejando a reflexão mais profunda com os filósofos de tais universidades. A Filosofia teria passado por um movimento singular quase linear, de acordo com cada época, e esta reflexão é a principal referência para se pensar o ensino da filosofia em nossos dias, partindo dos pressupostos que nortearam o ensino e reflexão durante os 500 anos de Brasil: primeiramente transmitida e ensinada a partir da História da Filosofia, com a leitura estrutural dos textos clássicos; em outra ocasião, seguindo a doutrina filosófica, muitos pensadores iam se entregando às várias ideias "interessantes" que surgiam nos estudos e pesquisas, minando um ecletismo filosófico; por fim, como estudiosos e conhecedores dos pensamentos filosóficos, os filósofos brasileiros foram se arriscando e recriando tais pensamentos, polemizando e ligando a Filosofia com a vida social e política e os problemas reais enfrentados.

Além disso, a educação deve voltar-se a questões vivenciadas pelos próprios estudantes diante do contexto atual, presente e concreto; ou seja, isso somente pode acontecer a partir de uma experiência presente e percebida da realidade em que se está vivendo.

É com esta ideia que Antônio Joaquim Severino tem desenvolvido parte de seus estudos, em especial aos que se concentram no ensino de filosofia e na constituição do pensamento filosófico brasileiro; para compreender sua postura diante desta problemática educacional, utilizei dois de seus textos, a saber, 'A contribuição da Filosofia para a Educação' e 'A experiência filosófica brasileira da atualidade: uma proposta de sistematização'. Com suas ideias, é possível afirmar que faltou, durante muito tempo, ao pensador brasileiro um posicionamento crítico diante da realidade vivida; assim como já indiquei com as reflexões de Arantes, Severino destaca a importância deste aspecto e desta característica presente no pensamento filosófico e em cada pensador: uma postura filosófica e crítica de seu presente concreto e de sua realidade histórica; isso pode ser considerado uma atitude filosófica e a revelação da experiência intelectual no Brasil.

Severino (2011) pretende uma avaliação e compreensão da presença da filosofia na educação, ou seja, em que medida a filosofia se faz presente por meio do ensino, do pensamento e das

discussões em aula por parte de professores e alunos e, ainda, por outros meios, como as revistas, eventos e demais obras, destacando nosso atual filosofar. “Assim, em que pesem as resistências, os formalismos e as limitações acadêmicas, pode-se concluir com segurança que, em termos de ensino e de cultura da filosofia, já se tem no Brasil uma importante tradição”. (idem). Nesse sentido, Severino ressalta sua presença, na atualidade, em todas as instituições de ensino e em seus diversos graus, chegando eficazmente a todas as pessoas que frequentam as escolas e possibilitando o pensar filosófico (idem). Este, na verdade, é o maior desafio: como, após o contato ou a iniciação filosófica, cada pessoa potencializa o pensamento filosófico em sua vida e na realidade vivida no dia a dia, enxergando os limites e possibilidades deste presente? Aqui se delineia o filosofar que se dá não na cópia de filosofias já instauradas, mas, como afirma Severino (2011), na construção de novas filosofias.

Portanto, foi com a criação de Faculdades de Filosofia que tal experiência e pensamento filosófico aconteceram, redirecionando a mera técnica filosófica e almejando a reflexão mais profunda. A Filosofia teria passado por um movimento singular quase linear, de acordo com a especificidade de cada época: primeiramente transmitida e ensinada a partir da História da Filosofia, com a leitura estrutural dos textos clássicos; em outra ocasião, seguindo a doutrina filosófica, muitos pensadores iam se entregando às várias ideias “interessantes” que surgiam nos estudos e pesquisas, minando um ecletismo filosófico; por fim, como estudiosos e conhecedores dos pensamentos filosóficos, os filósofos brasileiros foram se arriscando e recriando tais pensamentos, polemizando e ligando a Filosofia com a vida social e política e os problemas reais.

Considerando tais questões e transpondo-as à nossa realidade escolar, educacional e formativa, podemos dizer que no campo filosófico a pergunta inicial configura-se em “o que é filosofia?” Esta nasce da admiração, do espanto, do desejo de conhecer o mundo, este em partes e no todo, sendo, deste modo, desejo de sabedoria. Em nossas experiências e em nossos trabalhos como Grupo de Estudos e Pesquisa, desenvolvem-se reflexões acerca desta questão, a filosofia, porém, estabelecendo uma reflexão voltada aos problemas e questões educacionais reais, pensando uma filosofia de educação, ou seja, as contribuições e possibilidades das reflexões filosóficas no momento e contexto nos quais estamos inseridos, instigando um 'jeito de ser' na educação para a formação humana à luz de temas atuais como: infância, experiência, subjetividade, contemporaneidade, arte de viver e biopolítica. Todos estes temas instigam o pensar sobre a vida, o presente, o contexto histórico e, certamente, uma postura, uma atitude crítica e uma arte de não ser governado desse modo, de um modo que se impõe, mas de criar outras possibilidades de vida.

Seria possível uma cultura filosófica na educação?

A cultura filosófica é o cultivo da filosofia. Este cultivo é a legítima intenção da filosofia como desejo de sabedoria, este acontecendo em todo lugar em que as pessoas se dispõem à sua busca, especialmente no ambiente escolar. Prestar atenção em todos os momentos que se apresentam: em meio aos grandes momentos de luz, perceber os pequenos 'buracos' (espaços) de sombra, os detalhes de vida não percebidos. É pensar na possibilidade de verificar o meio (o momento ou contexto) no qual estamos todos inseridos.

Somente para resgatar um exemplo,

Sócrates, por meio da conversa sincera com seus discípulos, instigava-os à filosofia, a buscarem a sabedoria durante todos os momentos da vida. Talvez por acidente (por acontecimento), ver uma luz, perceber uma saída, vislumbrar outra possibilidade de vida e, finalmente, sair do lugar acostumado.

Ela, a filosofia, não é meramente a repetição das falas, das verdades e dos conhecimentos produzidos, mas o entendimento, a capacidade de valer de seu próprio entendimento para perceber e verificar a própria vida e todos os seus desafios e problemas, os quais institucionalmente impõem conhecimentos estabelecidos e legitimados e, ao mesmo tempo, as regras de vida. Portanto, há considerações sobre a filosofia ou atitude filosófica como: 'Qual o seu objetivo em Filosofia? – Mostrar à mosca a saída do vidro'. (Wittgenstein – 1889-1951). Ou 'A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo'. (Merleau-Ponty – 1908-1961).

Enfim, pensar a si mesmo, colocar-se como problema, como possível, ou seja, na forma de outras possibilidades que não somente aquela imposta e apreendida socialmente até o momento presente. Considero que o problema atual não está simplesmente na vida administrada, mas na vida administrada por outro que se impõe na forma de uma submissão inconsciente, o que impede forte e gradativamente a subjetividade. Vale perguntar, por fim, qual é a nossa admiração na atualidade, o que nos espanta, o que nos convida a pensar? Como ser filósofo? Como resistir às imposições, estas não pensadas e já assimiladas imediatamente? Podemos relacionar esta ação a uma arqueologia do presente e a uma filosofia como arte de viver, favorecendo um modo de vida que não impõe regras aos demais, mas que se dispõe corajosamente à convivência com o outro afetiva e efetivamente de um modo mais humano.

Isto implica na confluência educação-filosofia. Na escola, em grande medida, simplesmente reproduzimos o poder. Não apostamos no entendimento, na atitude do aluno, mas em seus erros; e vibramos muito mais quando eles erram do que quando trazem uma novidade e se abrem ou alcançam tal entendimento. Não nos dispomos a acompanhar o seu percurso, mas queremos muito em breve lavar as mãos e livrar-nos de sua presença. É preciso pensar juntos para mostrar a possibilidade de outros modos, de não fazer o que todo mundo faz, diz e pensa, de não prender-se de pronto ao estabelecido. Para tanto, é preciso o exercício e a atenção constantes.

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. E. **Um departamento francês de Ultramar:** estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. et al. Salma T. Muchail (org.). **A Filosofia e seu ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

AZEVEDO, F. **A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.

COSTA, J. C. **A Filosofia no Brasil. Ensaios.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

LARROYO, F. **História Geral da Pedagogia.** Tomo II. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MONROE, P. **História da Educação**. Tradução de Idel Becker e Therezinha G. Garcia. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

MORA, J. F. Dicionário de Filosofia. Tomo II. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PAIM, A. **História das Idéias Filosóficas no Brasil.** São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

REALE. M. **Experiência e cultura:** para a fundação

de uma teoria geral da experiência. São Paulo: Grijalbo, 1977.

SEVERINO. A. J. **A experiência Filosófica na atualidade:** uma proposta de sistematização. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit3/severin.htm>. Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. A contribuição da Filosofia para a Educação. **Em Aberto**, Brasilia, v. 9. n 45. jan./ mar. 1990. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/717/640>. Acesso em: 22 jan. 2012.

SILVEIRA, R. J. T. **Ensino de Filosofia no Segundo Grau:** em busca de um sentido. 1991 613f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

VITA, W. L. **Monólogos e Diálogos.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1964.

_____. **Tríptico de Idéias**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.